

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.405.395 - MG (2018/0312600-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **LUCIANE DE FREITAS CLAUDIO**
ADVOGADO : **FABIANA MARIANO SCHULTZ CAGNANI E OUTRO(S)** -
MG103617
AGRAVADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por LUCIANE DE FREITAS CLAUDIO, em 12/07/2018, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que inadmitiu o Recurso Especial interposto em face de acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. CAPACIDADE LABORAL. 1. Para a concessão do benefício de auxílio-doença, devem estar presentes os requisitos previstos no artigo 59 da Lei nº 8.213/91, ao passo que para a concessão de aposentadoria rural por invalidez, devem estar presentes os requisitos previstos no artigo 42, caput e § 2º da Lei nº 8.213/91. 2. Ante a ausência de comprovação de incapacidade da parte autora constatada por prova pericial oficial, não há como conceder-lhe o benefício requerido na exordial. 3. Apelação desprovida" (fl. 129e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA. PRETENSÃO DE REDISSCUSSÃO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. VÍCIOS INEXISTENTES. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida, sem que se possa impingir ao aresto os defeitos da omissão, contradição ou obscuridade, assim como a existência de erro material a ser reparado.

2. Não há vício no acórdão que, considerando a fragilidade do conjunto probatório existente nos autos e a ausência de incapacidade para o trabalho, se manifestou expressamente sobre a impossibilidade de concessão do benefício de aposentadoria por

invalidez ou auxílio-doença.

3. Se a parte não concorda com o resultado do acórdão, valha-se do recurso cabível, não lhe sendo lícito tergiversar insistindo em teoria não acolhida pela Turma. Mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração devem se enquadrar em uma das hipóteses previstas no CPC.

4. Embargos de declaração da parte autora rejeitados" (fl. 149e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, violação aos arts. 42, 59, da Lei 8.213/91 e arts. 479 e 1.022, II, ambos do CPC/15. Afirma **in verbis**:

"Trata-se de Ação de Concessão de Aposentadoria por Invalidez. O pedido foi julgado improcedente pelo juízo de primeiro grau.

Foi interposto recurso de apelação pela autora, que restou improvido pelo acórdão recorrido, oriundo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo interposto o presente recurso

2) DO CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL

O acórdão recorrido **contrariou dispositivos de lei federal (art. 42 e 59 da Lei 8.213/91, art. 479 do CPC/15 e também o art. 535 do CPC / art. 1.022, II, do CPC/15).**

Por essas razões, foi interposto o presente Recurso Especial, **com fulcro no permissivo constitucional do art. 105, III, 'a'**, tendo em vista que já esgotadas as instâncias ordinárias, posto que a matéria foi decidida em última instância pelo TRF da 1ª Região.

(...)

4) DA NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO E. STJ

Cumprе esclarecer que não há óbice ao presente recurso em virtude da Súmula 7 deste E. STJ, tendo em vista que **não se pretende, por meio deste Recurso Especial, o mero reexame de provas, mas sim a interpretação de lei federal sobre o tema (art. 479 do CPC e art. 42 e 59 da Lei 8.213/91)**, além da garantia de vigência aos referidos dispositivos, o que restou negado pelo acórdão recorrido.

Além disso, esta E. Corte já manifestou o entendimento de que a valoração das provas constantes dos autos não se confunde com seu reexame, sendo perfeitamente cabível a interposição de Recurso Especial nessa situação, conforme já assentou o STJ inclusive em Recurso Especial Repetitivo, em caso de benefício por incapacidade: (...)

Assim sendo, é perfeitamente cabível o presente recurso, não encontrando vedação na Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

5) DO PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA

Conforme se verifica dos autos, a matéria objeto do presente recurso foi exaustivamente prequestionada pelo ora recorrente nas instâncias ordinárias.

A matéria que constitui o mérito deste Recurso Especial quanto à contrariedade à legislação federal e à negativa de vigência aos dispositivos aplicáveis ao caso do autor foram debatidas expressamente na petição inicial, em que se requereu o reconhecimento do direito à aposentadoria e na impugnação à contestação do INSS.

Além disso, a matéria também foi novamente debatida e prequestionada em sede de apelação e, finalmente, por meio de embargos de declaração contra o acórdão recorrido em que novamente foi discutida a negativa de vigência às Leis Federais mencionadas neste Recurso Especial.

Assim sendo, resta cumprido o prequestionamento da matéria que a recorrente entende ter sido violada, tornando admissível o presente Recurso Especial.

6) DA CONTRARIEDADE E NEGATIVA DE VIGÊNCIA À LEGISLAÇÃO FEDERAL QUE AMPARA O DIREITO DA AUTORA (ARTIGO 479 DO CPC)

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao negar provimento ao recurso de apelação da autora contra a r. sentença, negou vigência à legislação federal acima mencionada (artigo 479 do CPC). Ou seja, **o acórdão deixou de apreciar as alegações da autora e demais provas dos autos, julgando exclusivamente com base na conclusão do laudo pericial, sem observar todo o seu conteúdo, bem como as demais provas trazidas aos autos**, dentre elas o prova testemunhal e a documental médica.

Assim sendo, negou-se vigência ao artigo 479 do CPC e, por conseguinte, aos arts. 42 e 59 da Lei 8.213/91.

Vejamos o teor dos referidos dispositivos:

(...)

Assim sendo, **os demais elementos dos autos também devem ser observados, não apenas e tão somente o laudo pericial**, que é apenas um elemento a ser apreciado pelo julgador.

Vejamos o que dos autos consta.

O laudo pericial confirmou que a autora possui restrições na sua capacidade laborativa.

Isso porque demonstrou que a autora é portadora de CERVICALGIA E DORES NOS BRAÇOS E PERNAS (quesito 1 da autora - fls. 41).

Assim sendo, **evidentemente a autora está incapacitada, vez que sua atividade é exclusivamente composta por trabalhos braçais** (lavradora e auxiliar de serviços gerais), que não pode mais realizar.

Vejamos o que consta dos documentos médicos juntados aos autos:

(...)

A prova testemunhal ouvida às fls. 61/62 também comprova que a autora teve de se afastar de suas atividades em virtude das doenças acima descritas pelos documentos médicos:

(...)

Pelo exposto, tem-se demonstrado que a parte autora possui as doenças mencionadas, não podendo fazer esforços, razão pela qual **faz jus à aposentadoria por invalidez**, nos termos do art. 42 da Lei 8.213/91, a partir da data do requerimento administrativo.

A conclusão pela aposentadoria por invalidez se justifica no contexto fático em que a parte autora está inserida, ou seja, é trabalhadora braçal; não possui outra qualificação ou estudo; o mercado de trabalho em sua cidade é restrito e não oferece oportunidades de reabilitação profissional à uma pessoa de 55 anos de idade e doente.

Ademais, o laudo pericial não vincula o magistrado, que deve considerar outros fatores, como os sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado, conforme entende o Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Assim sendo, considerando que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, matéria que não foi enfrentada no acórdão embargado, bem como a necessidade de análise do contexto sócio-econômico, profissional e cultural da parte autora, levando em consideração todas as provas dos autos.

Por essas razões, é cabível o presente Recurso Especial, ao qual requer seja dado provimento, nos termos do art. 105, III, 'a', para o fim de reconhecer que restou comprovado o direito ao benefício, já que o juiz não está adstrito ao laudo (art. 479 do CPC) e a incapacidade deve ser interpretada além da perspectiva médica, concedendo-se o benefício nos termos do pleito inaugural.

7) DA CONTRARIEDADE E NEGATIVA DE VIGÊNCIA À LEGISLAÇÃO FEDERAL QUE AMPARA O DIREITO DA AUTORA (ARTIGOS 42 E 59 DA LEI 8.213/91)

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao negar provimento ao recurso de apelação da autora contra a r. sentença, negou vigência à legislação federal acima mencionada (artigos 42 e 59 da Lei 8.213/91).

(...)

Conforme acima exposto, a autora é trabalhadora braçal, e conforme

consta dos autos, trata-se de pessoa portadora de sérios problemas de saúde, que a impedem de exercer atividade que lhe garanta o sustento.

Destarte, ao menos a incapacidade parcial deveria ser reconhecida, o que gera o direito ao benefício.

Note-se que este Superior Tribunal de Justiça já apreciou a questão e é de firme posicionamento de que **o benefício é devido, mesmo com a incapacidade parcial.**

(...)

Assim sendo, pela negativa de vigência aos artigos acima transcritos (arts. 42 e 59 da Lei 8.213/91), visto que restou demonstrada a incapacidade, na análise de todo o conteúdo dos autos, e não só da conclusão do laudo, o acórdão efetivamente violou tais dispositivos, razão pela qual requer o provimento do presente Recurso Especial para reconhecer o direito ao benefício por incapacidade.

8) DA NEGATIVA DE VIGÊNCIA À LEGISLAÇÃO FEDERAL (ART. 535, II, DO CPC/73 e 1.022, II, do CPC/15)

Conforme restou demonstrado nos autos, a matéria objeto do Recurso Especial foi devidamente discutida pela recorrente desde o primeiro grau de jurisdição, estando devidamente prequestionada.

Contudo, caso este E. Tribunal entenda que o acórdão recorrido do TRF da 1ª Região não apreciou devidamente a legislação aplicável ao caso da autora, é de se ter por violado, em razão de tal omissão, o quanto disposto no art. 535, inciso II, do CPC/73 e 1.022, II, do CPC/15.

Ademais, **o Tribunal a quo sequer se manifestou de forma específica sobre a preliminar da apelação, em que a autora alegou o cerceamento de defesa.**

Diz o CPC/15:

(...)

Isso porque, diante do acórdão ora recorrido, a parte autora apresentou embargos de declaração para elucidar a matéria que já vinha debatendo em todas as oportunidades em que se manifestou nos autos, em especial na apelação, em que requereu a análise expressa dos dispositivos que asseguravam o seu direito para fins de prequestionamento na interposição do presente Recurso Especial.

Se houve omissão nos autos, tal omissão não foi da parte autora, mas sim do acórdão ora recorrido, que não apreciou devidamente os pontos que lhe foram postos para julgamento e, persistindo na omissão, deixou de apreciá-los corretamente no julgamento dos embargos de declaração interpostos com fulcro no art. 535, II, do CPC/73 - 1.022, II do CPC/15.

Assim sendo, restam devidamente preenchidos todos os requisitos

para o conhecimento e provimento do presente recurso com fulcro em violação ao art. 535, II, do CPC/73 ou 1.022, II, do CPC/15, pelo permissivo constitucional do art. 105, III, 'a'.

Isso porque:

a) a matéria foi devidamente debatida nas instâncias ordinárias, em especial em sede de apelação, pelo que se verifica dos autos;

b) foram interpostos embargos de declaração para a apreciação dos dispositivos que asseguravam o direito do recorrente, sendo rejeitados os embargos pelo TRF da 1ª Região, sob o fundamento de que não caberiam os embargos para fins de prequestionamento e que a apreciação dos mesmos consistiria em novo julgamento da causa;

c) **a tese omitida seria fundamental para a conclusão do julgado de procedência ou improcedência do pedido (ausência de vinculação ao laudo e comprovação da incapacidade por outros meios - art. 479 do CPC e art. 42 e 59 da Lei 8.213/91 e cerceamento de defesa);**

d) a apreciação do tema seria suficiente para a garantia do provimento favorável à autora, ora recorrente, já que não havia outras questões em discussão para negar o benefício ao mesmo.

Assim sendo, cumpridos os requisitos acima, é perfeitamente cabível o Recurso Especial com fulcro em negativa de vigência ao art. 535 do CPC / 1.022 do CPC/15, conforme o entendimento deste E. STJ:

(...)

Pelo exposto, **caso este E. Tribunal entenda que não houve o pronunciamento do Tribunal a quo de modo a caracterizar o prequestionamento sobre a matéria, é de se ter por violado o art. 535, II, do CPC ou 1.022, II, do CPC/15 pelo acórdão recorrido**, já que a matéria foi debatida pela recorrente em todas as suas manifestações que precederam o acórdão recorrido, inclusive com a interposição dos embargos declaratórios para sanar definitivamente tal questão" (fls. 152/170e).

Requer, ao final, o provimento do recurso para "reconhecer a negativa de vigência ao art. 479 do CPC/15, por não apreciar todas as provas dos autos, vinculando-se o resultado do julgamento à mera conclusão do laudo pericial, bem como a comprovação da incapacidade conforme os arts. 42 e 59, da Lei 8.742/93, reformando o referido julgado para conceder à recorrente a aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, nos termos pleiteados na petição inicial; ou, subsidiariamente em relação ao item anterior, caso este Tribunal entenda que a matéria não restou devidamente enfrentada pelo Tribunal a quo, anular o acórdão recorrido, devolvendo-se a matéria para

nova apreciação daquela Corte, vez que a matéria foi devidamente prequestionada pela recorrente, tendo havido violação ao art. 535, II, do CPC/73 ou 1.022, II, do CPC/15" (fl. 170e).

Não foram apresentadas contrarrazões.

Não admitido o Recurso Especial (fl. 176e), foi interposto o presente Agravo (fls. 179/197e).

Não foi apresentada contraminuta.

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos e manter a sentença de improcedência do pedido, deixou consignado, no que interessa:

"A parte autora maneja recurso de apelação contra a sentença proferida pelo juízo a quo, que julgou improcedente o pedido de aposentadoria por invalidez por ela formulado, considerando não comprovada a sua incapacidade laboral por meio da prova pericial.

Não houve cobrança efetiva de custas ou honorários.

A parte autora alega, em síntese, que comprovados todos os requisitos necessários à concessão do auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

É o relatório.

VOTO

Presentes os pressupostos recursais, conheço da apelação.

O juízo a quo rejeitou o pedido de benefício de aposentadoria rural por invalidez formulado na inicial.

Interesse de agir

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE 631.240, com repercussão geral reconhecida, entendeu indispensável o prévio requerimento administrativo pelo segurado antes de pleitear benefício previdenciário nas vias judiciais.

A e. Corte ressaltou ser despicienda a anterior formulação perante o INSS quando a pretensão é a revisão de benefícios e/ou caso a posição da autarquia seja notoriamente contrária ao direito postulado (v.g. desaposentação), situações em que o interesse de agir da parte autora é evidenciado.

Estabeleceu, ainda, que, nos casos em que o INSS apresentou contestação de mérito no curso do processo judicial, fica mantido seu trâmite. Isso porque, havendo contestação, caracterizado está o interesse de agir da parte autora, uma vez que há resistência ao pedido.

Quanto ao mérito

O comando exarado deve ter sua proclamação prestigiada.

Para a concessão do benefício de **auxílio-doença**, **devem estar presentes os requisitos previstos no artigo 59** da Lei nº 8.213/91, **ao passo que os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez são:** a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, II, da Lei 8.213/91; **c) a incapacidade (permanente e total) para atividade laboral.**

Por sua vez, a concessão do benefício especial de aposentadoria por invalidez, **quando se tratar de trabalhador rural, desafia, pois, o preenchimento de dois requisitos:** a existência de início de prova material da atividade rural exercida, com a corroboração dessa prova indiciária por robusta prova testemunhal, e finalmente, a comprovação da incapacidade do segurado para o exercício de atividade laboral.

O laudo pericial deve ser elaborado de forma a proporcionar às partes e ao Juiz o real conhecimento do objeto da perícia, apresentando de forma clara e inteligível as suas conclusões, assim como as razões em que se fundamenta, mostrando-se completo o laudo pericial que fornece os elementos necessários acerca da inexistência da incapacidade laboral da parte autora, não se justificando a realização de nova perícia médica.

No caso, a perícia médica oficial foi conclusiva no sentido de que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais habituais, circunstância que obsta o deferimento do benefício postulado na exordial, inexistindo nulidade a ser reconhecida.

Sobre o tema:

(...)

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** à apelação.

É o voto" (fls. 126/129e).

Quanto a alegada negativa de vigência dos arts. 479 e 1.022, II, ambos do CPC/2015 não há falar em qualquer vício, eis que o Tribunal de origem pronunciou-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão.

Com efeito, no caso, por simples leitura do acórdão embargado, observa-se que a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que o voto condutor do acórdão recorrido apreciou, fundamentadamente e de modo completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Registre-se, outrossim, que não cabem Declaratórios com objetivo de provocar prequestionamento, se ausentes omissão, contradição, obscuridade ou erro material no julgado (STJ, AgRg no REsp 1.235.316/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/05/2011), bem como não se presta a

via declaratória para obrigar o Tribunal a reapreciar provas, sob o ponto de vista da parte recorrente (STJ, AgRg no Ag 117.463/RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, DJU de 27/10/1997).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.319.666/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/02/2016.

Noutro giro, observa-se, do acórdão supra transcrito que o Tribunal **a quo** em **nenhum momento** a questão acerca da análise das condições pessoais da segurada, para fins de concessão do benefício previdenciário, foi objeto de discussão, ainda que implicitamente, pelo Tribunal **a quo**, não tendo sido opostos oportunos Embargos de Declaração nesse ponto. Incide, assim, por analogia, o óbice da **Súmula 282 do STF**.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 557, § 1º, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS 282, 356 E 284 DO STF.

1. Não há de se falar de violação do art. 557, § 1º, do CPC/73 quando o colegiado mantém a decisão por não haver comprovação de efetivo prejuízo da parte.

2. As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

3. A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF).

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 461.849/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA,

DJe de 05/05/2017).

Desse modo, em não havendo sido apreciada as alegações de que "a aposentadoria por invalidez se justifica no contexto fático em que a parte autora está inserida, ou seja, é trabalhadora braçal; não possui outra qualificação ou estudo; o mercado de trabalho em sua cidade é restrito e não oferece oportunidades de reabilitação profissional à uma pessoa de 55 anos de idade e doente (fl.160e), deveria a parte ter oposto Embargos Declaratórios no Tribunal de origem. Persistindo a omissão, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 1.022 do CPC/2015 e, não, insistir na tese recursal.

Mesmo se inexistisse referido óbice, melhor sorte não socorreria à recorrente.

Com efeito, cumpre ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que a Corte de origem é soberana na análise das provas, podendo concluir pela desnecessidade da produção de provas periciais, documentais e testemunhais.

Isso porque o Código de Processo Civil consagra o princípio do livre convencimento motivado, segundo o qual o Juiz é livre para apreciar as provas produzidas, bem como para decidir quanto à necessidade de produção ou não das que forem requeridas pelas partes, sendo-lhe lícito indeferir, motivadamente, as diligências que reputar inúteis ou protelatórias.

A propósito, já decidiu esta Corte:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO.
APOSENTADORIA ESPECIAL. NOVA PERÍCIA.
INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA.
INOCORRÊNCIA. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que o juiz é o destinatário da prova e pode, assim, indeferir, fundamentadamente, aquelas que considerar desnecessárias, a teor do princípio do livre convencimento motivado.

2. Hipótese em que o julgado do Tribunal de origem decidiu a questão ventilada com base na realidade que se delineou à luz do suporte fático-probatório constante nos autos (laudo técnico-pericial), cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 472.767/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 10/02/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

APOSENTADORIA ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA PELO INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DE NOVA PROVA PERICIAL. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ALTERAÇÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não ocorre cerceamento de defesa, pelo indeferimento de produção de nova prova pericial, quando o Magistrado entende que há elementos suficientes para o julgamento da lide.
2. Ademais, considerando o princípio do livre convencimento motivado, cabe ao Magistrado valorar acerca da necessidade de complementação do material probatório.
3. A alteração do julgado a fim de identificar a necessidade de realização de nova perícia, sob pena de cerceamento de defesa, implicaria, no presente caso, o reexame de provas, vedado pela Súmula 7/STJ.
4. Em razão da incidência da Súmula 7/STJ ao caso concreto, resta prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial, pois não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.
5. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 696.506/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/08/2015).

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ANÁLISE QUANTO À COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ACIDENTÁRIA (INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE PARA O TRABALHO). CERCEAMENTO DE DEFESA. CONFECÇÃO DE NOVO LAUDO PERICIAL. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, previsto no art. 131 do CPC. Assim, não há cerceamento de defesa quando, em decisão adequadamente fundamentada, o juiz indefere produção de prova, seja ela testemunhal, pericial ou documental.
2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, a respeito do alegado cerceamento de defesa, bem como do preenchimento dos requisitos para a percepção de aposentadoria

por invalidez acidentária, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 663.635/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/06/2015).

Assim, considerando a fundamentação adotada, o acórdão recorrido, que afirmou que "no caso, a perícia médica oficial foi conclusiva no sentido de que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais habituais (fl.127e), concluindo, portanto, pela ausência dos requisitos para concessão do benefício previdenciário, somente poderia ser modificado mediante o necessário revolvimento dos aspectos concretos da causa, o que é obstado, no âmbito do Recurso Especial, pela **Súmula 7 desta Corte.**

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E/OU AUXÍLIO DOENÇA. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. No caso, o Tribunal a quo firmou, com base no contexto fático-probatório, que a parte recorrente não preenchera os requisitos necessários para a concessão do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, por não estar incapaz, temporária ou definitivamente, para o trabalho. Incidência da Súmula 7/STJ à pretensão recursal.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 870.670/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/06/2016).

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE LABORAL. AUSÊNCIA DE PROVA DE NECESSIDADE DE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Na hipótese em exame, o Tribunal de origem, ao decidir a questão, consignou que há incapacidade parcial e temporária, não restando demonstrada a necessidade de afastamento das atividades laborais.

2. O acolhimento da pretensão recursal, in casu, demanda o reexame do contexto fático-probatório, mormente das conclusões periciais acerca da inexistência de incapacidade. Dessarte, incide

o disposto na Súmula 7/STJ.

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 576.684/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2014).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, **conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.**

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora